

João Pessoa - Número Cinco - Março de 2004

Um Outro Olhar Sobre o Trabalho Infantil: o caso das crianças *Capuxu*.

Emilene Leite de Sousa

Introdução

Este ensaio se propõe a pensar a questão da exploração do trabalho infantil a partir de um caso específico: o trabalho realizado pelas crianças camponesas.

O interesse por este estudo nasceu de minha experiência ainda durante a graduação enquanto bolsista de iniciação científica, PIBIC/CNPq, quando estudava a disposição dos jovens filhos de agricultores familiares em assumirem ou não o trabalho agrícola. Minha atenção despertou para a ida das crianças ao roçado, junto aos demais membros da família. Pude verificar, a partir de então, um trabalho infantil diferente daqueles que geralmente são denunciados pela imprensa e pela ciência.

Entre o povo *Capuxu*, o trabalho infantil não assume o papel de explorador da infância, muito menos de perverso e usurpador desta fase do ciclo de vida. Além disso, ele não representa, como sugerem muitos autores, a negação do lúdico.

Com base nisso, o objetivo deste ensaio é propor uma reflexão sobre a exploração do trabalho infantil, a partir das condições em que este trabalho é realizado. Encontrei, no caso *Capuxu*, um trabalho infantil diferenciado e que foge à regra daqueles que devem ser erradicados.

Acredito que é tarefa da ciência, especialmente da antropológica - no exercício da relativização - ,distinguir o trabalho infantil que visa à socialização das crianças e não as explora, daqueles que, de fato, constituem um problema social.

Um outro olhar sobre o trabalho infantil.

O conhecimento que eu detinha sobre o trabalho infantil durante a graduação não ia mais longe do que as muitas manchetes estampadas nas primeiras páginas dos jornais, os clichês dos meios de comunicação, as revistas, os telejornais e a Internet me permitiam. Além de ter que ultrapassar a esfera de conhecimento do senso comum, deparei-me com um outro tipo de problema no momento de confronto entre dados empíricos e teoria: a crença por parte de muitos autores que estudam o tema trabalho infantil de que este tipo de trabalho significa a completa violação ou negação do lúdico. A minha experiência empírica parecia me indicar um outro caminho.

Embora sempre em pauta nas academias, o tema trabalho infantil não é monopólio destas. A imprensa, o senso comum e alguns programas de Governo estão constantemente divulgando suas impressões a respeito.

O surgimento do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - por exemplo, só veio dar ao assunto uma certeza mais forte: a de que em todo o país, milhares de crianças se vêem perdendo a infância enquanto trabalham arduamente nos mais diversos meios de sobrevivência. A idéia do trabalho infantil como perverso, violento e usurpador, responsável pela “infância perdida” das crianças, era a “frase feita” mais utilizada todas as vezes que o assunto vinha à tona.

Pôr em cheque o que parece óbvio, certo e acabado é uma das mais difíceis tarefas para qualquer pesquisador, principalmente para um aprendiz. A minha experiência durante os três anos e meio como bolsista de iniciação científica, levou-me ao campo, à prática, e me obrigou a suspeitar pela primeira vez das teorias que conhecia. Isto é, pelo menos da interpretação que alguns autores conferiam ao assunto.

Embora saiba da que tem a noção do trabalho infantil como algo maléfico para qualquer criança, a minha experiência prática entre o povo *Capuxu* resiste em acreditar que entre aqueles pais que vão ao roçado levando seus filhos, haja qualquer interesse de exploração e violência infantil conforme sugere a imprensa e mesmo a literatura sociológica.

Um fator a ser considerado pode indicar a razão pela qual as crianças vão ao roçado. Não é só a busca pela subsistência. Levar as crianças ao trabalho consiste no início do processo de socialização destas, pois para seus pais, o trabalho garante a formação dos filhos enquanto cidadãos dignos, honestos e responsáveis.

No caso dos camponeses, o trabalho infantil precisa ser compreendido a partir das condições sociais de sua reprodução e não de determinações capitalistas (Menezes, 2000:03), pois nessas unidades, o trabalho emerge como valor central na socialização das crianças até chegado o momento de freqüentarem a escola, geralmente a partir dos sete anos de idade, quando passam a vivenciar uma nova forma de socialização que não substitui o trabalho, mas que se une a ele.

Assim, sem negar a função prática do trabalho, ressaltamos que ele deve ser visto também como dispositivo de socialização destas crianças do campo. Ele lhes dignifica, lhes garante a honra e o respeito que lhes são devidos, adquirindo um caráter socializador.

A maior parte da literatura sobre o trabalho infantil, produzida hoje no Brasil, se refere a este tipo de trabalho, nas palavras de Santos como, “estratégias perversas de reprodução da vida que arruínam o momento vital da humanização do homem, que é a infância e a adolescência, nas quais se consubstanciam os períodos de desenvolvimento do lúdico e da criatividade” (apud Menezes, 2000:03).

É o caso por exemplo dos estudos de Antuniassi (1983) e Demartini (1983) onde o trabalho de crianças aparece, ora diluído em suas precárias condições, ora como o grande substituto do lúdico na infância destas crianças. Logo, este tipo de trabalho emerge nestas obras como o responsável pela “infância perdida” das crianças do campo.

Segundo Martins, haveria “a imposição à criança da dura disciplina do trabalho, pelos próprios pais, para assegurar a inserção precoce do imaturo na lógica inexorável da reprodução do capital”. Para este autor, “a infância é o resíduo de um tempo que está acabando” (Martins, 1993: 11).

Diante disso, cabe questionar: até que ponto o trabalho infantil erradicaria a dimensão do lúdico no universo das crianças camponesas? Afirmar que o trabalho infantil pode ser, em alguns casos, explorador e violento não deve significar que a vivência deste, em qualquer condição, seja a total negação do lúdico. O fato de serem levados ao roçado para acompanhar, ajudar ou prestar pequenos serviços aos pais, não faz das crianças camponesas vítimas de exploração e violência do trabalho.

Assim, como entender a atitude de crianças que, ao serem levadas ao roçado para ajudar aos pais, transformam os instrumentos de trabalho em brinquedos e utilizam-se do espaço da roça para brincar? A partir do momento em que as crianças fazem do cabo da enxada um cavalo, da espiga de milho uma boneca, e do carro de mão um carrinho de passeio, não estariam essas crianças vivenciando o lúdico e conseqüentemente a infância?

A experiência empírica com a qual me deparei me leva a compreender o universo *Capuxu* noutra direção: entre as crianças *Capuxu* não há a exploração violenta do trabalho e a negação ou violação do lúdico. As crianças trabalham e brincam ao mesmo tempo, executando assim o trabalho e o lúdico simultaneamente.

Podemos então questionar: será que esta incorporação precoce da criança no mundo do trabalho pode ser vista como massacre da infância? Há realmente uma substituição por completa dos jogos, brinquedos e brincadeiras pela enxada, conforme sugere Martins (1993)?

Se a infância é percebida pela maioria desta literatura específica, como um ciclo de vida definido pelas suas práticas, então não devemos perder de vista as formas e dispositivos de diversão e do lúdico praticados por crianças camponesas.

O contato com uma leitura sociológica específica deu-me a ferramenta necessária para a construção de uma nova abordagem sobre o tema.

Geralmente, o trabalho infantil é associado à crescente expansão da apropriação da mais-valia e ao uso descartável de seu produtor. Logo, o trabalho das crianças é interpretado como resultado da violência e exploração do modo de produção capitalista, que se fundamenta, historicamente, na dissociação entre trabalhadores e meios de produção (Neves,1999:10).

Há aqui um importante aspecto que deve ser considerado. Ao contrário do trabalho infantil assalariado, este trabalho realizado pelas crianças camponesas não busca enriquecer os chefes da produção, seus pais. No trabalho das crianças camponesas,

“outros valores referenciais da reprodução social de posições se encontram em jogo, inclusive aqueles que qualificam a relação positiva entre pais e filhos, mestres e aprendizes. Estas formas de uso do trabalho infantil antecedem e ultrapassam o sistema de produção capitalista, mas não eliminam necessariamente as condições penosas e prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente”.(Neves, 1999:11).

Ora, se o trabalho, dentro da produção camponesa e particularmente entre os *Capuxu*, ocupa o centro das preocupações de adultos e crianças, e além disso tem um valor que tem sido passado de uma geração a outra, caberia pois a preocupação de se estudar em que condições este trabalho se realiza.

Será o trabalho a única experiência da infância destas crianças? Ora, o trabalho, por estar sempre associado à não vivência do lúdico, pode obscurecer o lugar da

brincadeira no cotidiano (Menezes: 2000), principalmente quando esta brincadeira está imbricada no próprio trabalho. Poderíamos então perguntar se estaria o trabalho de fato se sobrepondo à infância destas crianças. Seria o trabalho executado durante a infância, a negação da existência desta fase, ou da fase lúdica?

A partir de Menezes (2000), percebemos que o trabalho não representa a total violação do lúdico e da criatividade das crianças camponesas; mas o lúdico tanto está presente no momento em que se trabalha, como nos intervalos do dia e da semana.

Este lúdico, vivido pelos *Capuxu*, marcado essencialmente por jogos e brincadeiras, desenvolve-se durante a realização do trabalho ou de pequenas tarefas onde as crianças utilizam-se de sua imaginação e criatividade e transformam o caminho para o roçado e o espaço da roça num espaço, por excelência, de brincar, e fazem do trabalho agrícola um momento também de brincadeiras e descontração.

Embora estas crianças não disponham de recursos materiais para a compra de brinquedos de alta tecnologia, elas são ricas em capacidade criadora de driblar uma realidade de trabalho e pobreza. Incorporam pois, o lúdico no trabalho e o trabalho no lúdico com uma arte e ingenuidade típicas das crianças. Os seus brinquedos são confeccionados a partir dos elementos do trabalho – como o sabugo de milho que vira boneca – e os modos de brincar são, por diversas vezes, uma imitação do saber adulto – como brincar de matar passarinhos, atirando pedrinhas. Não há, assim, uma substituição dos brinquedos e fantasias da idade pela triste realidade da roça, mas um modo diferente de se viver o lúdico.

Sobre a perversão de que trabalho infantil?

Tomar a categoria trabalho como objeto de reflexão na atualidade, pode não parecer, a princípio, uma proposta original, haja visto o número de estudos que vêm surgindo na tentativa de pensar as modificações ocorridas no modo de apreender esta categoria. Entretanto, por mais variados ou detalhados que sejam os estudos realizados sobre um tema, nenhum aspecto pode ser esgotado por inteiro, posto que haverá sempre um novo ângulo ou uma nova ótica sob a qual o assunto poderá ser visto.

Todas as culturas e sociedades possuem um modo próprio de lidar com as formas de produção social, por isso, o trabalho se manifesta nas mais variadas formas e ocupa o imaginário do ser humano. Falar sobre este tema não é tarefa fácil devido à riqueza e quantidade de atributos que incidem sobre a noção de trabalho, que vão desde questões mais tangíveis às mais abstratas.

Na atual sociedade caracterizada pelo capitalismo, o trabalho e suas relações adquiriram enorme complexidade estando sempre associado a forte exploração de mão-de-obra. A crescente exigência de consumo da sociedade moderna e a desigualdade sócio-econômica da sociedade capitalista não desenvolvida aparecem nas mais variadas formas.

Por conta disso, além da utilização do trabalho adulto, o capitalismo estendeu a exploração às crianças, que são consideradas mão-de-obra barata. Essa mão-de-obra passou a ser usada nas fábricas, oficinas, olarias, canaviais, e etc. A partir de então, tornou-se polêmica a discussão sobre o trabalho infantil.

Este tipo de trabalho não é uma “invenção” da sociedade moderna nem tampouco do capitalismo. Sabemos do trabalho realizado por crianças em tribos indígenas, no

sistema feudal, etc. Todavia, no caso do trabalho indígena infantil, este estava revestido de um princípio socializador. Já nos sistemas escravistas e no sistema feudal podemos observar a árdua exploração própria do processo produtivo.

Na sociedade industrial (rural e urbana) o trabalho infantil perdeu quase que por completo seu caráter socializador, tornando-se principalmente exploração, gerador de lucro e/ou excedente.

Com a extensão da exploração capitalista do trabalho infantil iniciou-se uma polêmica discussão. Se a grande jornada de trabalho, as más condições para a realização deste, além mesmo do grande número de acidentes ocorridos durante a realização do trabalho, já eram assustadores quando envolviam adultos empregados e explorados por todo o mundo, a utilização do trabalho infantil sensibilizou e preocupou o senso comum em geral, os meios de comunicação de massa e a ciência.

Mas afinal, a que tipos de trabalhos se referem as grandes teorias que falam sobre a exploração da mão-de-obra humana? Será a exploração característica definidora do que se entende por trabalho? Estará a exploração presente em todas as formas de trabalho?

Ao longo da história, as ciências sociais através de autores como Karl Marx, tomaram o trabalho como categoria importante para a compreensão do modo de produção capitalista. Devido à forte influência que Karl Marx exerceu sobre o estudo do sistema capitalista e do trabalho, a perspectiva marxiana de trabalho alienado e de sua exploração pode ser estendida aos mais diversos modos de produção e as mais diversas culturas.

O fato é que desde a análise marxiana do trabalho, produzida em um determinado momento da história social em que a humanidade caminhava para o auge do sistema capitalista, este conceito passou a ser associado à essência mesma de toda a riqueza material, e não apenas na sociedade capitalista.

Marx o define: "a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho". (Marx, 1978: 3)
Esse trabalho seria o responsável por qualquer riqueza adquirida.

Todavia, compreender o trabalho apenas a partir da perspectiva da produção de riqueza não deixaria a margem uma série de variáveis igualmente importantes?

Esta noção que prescreve o caráter consagrado da exploração vincula-se essencialmente à própria dinâmica do sistema capitalista, realizada entre dominado e dominador. Assim, tem-se de um lado a classe proletária, que possuía apenas a força de trabalho para oferecer em troca dos meios e condições necessárias para a sua própria sobrevivência; e por outro lado, os grandes capitalistas que compravam a força de trabalho dos explorados, de modo que a exploração do trabalho aumentava na medida em que os donos dos meios de produção perdiam suas posses para os capitalistas. A dissociação dos trabalhadores de seus meios de produção resultava na necessidade de vender a sua força de trabalho.

Não obstante todas as transformações por que vem passando o capitalismo ao longo do tempo, o trabalho continua como premissa e fundamento do sistema capitalista. A noção de trabalho está vinculada tanto a produção de riqueza quanto à exploração envolvida no processo produtivo.

Entretanto, a concepção marxiana da exploração do trabalho é clara: essa exploração só existe com a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção, pois toda relação de exploração exige a existência de exploradores e de explorados. Isto é, o sentido de ser dessa exploração era a maximização do lucro e a produção de mais valia por parte dos explorados que precisavam vender sua força de trabalho aos exploradores detentores dos meios de produção.

Sem a dissociação dos meios de produção, os trabalhadores poderiam trabalhar de modo autônomo, obtendo o necessário para a sua sobrevivência sem ter que vender sua força de trabalho. Assim, a exploração do trabalho perdia a razão de ser, havia neste caso, a divisão do trabalho entre os próprios membros da família.

Ora, se a noção de exploração do trabalho envolve a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção e a venda da sua força de trabalho, os trabalhos desenvolvidos na moderna sociedade capitalista onde não há dissociação dos trabalhadores dos meios de produção exigem metodologia de análise diferenciada.

Este é o caso da agricultura camponesa da qual tratamos, que se utiliza basicamente do trabalho da própria família com caráter de cooperação e divisão familiar do trabalho. Não está equipada com grandes máquinas, mas usa instrumentos rudimentares e não visa a produção em larga escala, mas o necessário para a sobrevivência digna da família.

Este tipo de trabalho, desenvolvido pelos agricultores *Capuxu*, requer um certo esforço por parte dos intelectuais para compreender a dinâmica das sociedades que, embora sobrevivam na sociedade capitalista, devem ser analisadas a partir de seu próprio contexto, de suas condições específicas e de suas estratégias de sobrevivência num contexto geral onde predomina a exploração capitalista do trabalho.

Os camponeses do Sítio Santana detêm a terra e os demais meios de produção e fazem uso da mão-de-obra da própria família. Logo, este trabalho não pode ser pensado como exploração, uma vez que não há venda da força de trabalho e nem idéia de lucro, premissa da agricultura empresverdana.

A experiência com o povo *Capuxu* aponta para a consideração de que a agricultura camponesa não pressupõe a lógica da exploração do trabalho. O trabalho é realizado com o esforço combinado de todos os membros da família, inclusive o das crianças. Pais e filhos trabalham juntos na terra, cujos primeiros são responsáveis pelo capital simbólico (experiência repassada de gerações anteriores e de anos de prática) e os segundos exercem o papel de aprendizes, futuros herdeiros da responsabilidade dos mestres, seus pais. Em outros termos, os pais, organizadores e administradores da produção, e os filhos, a garantia de que a família continuará a se reproduzir enquanto unidade de produção familiar. Neste contexto, o trabalho infantil é essencialmente socializador.

De acordo com Sarti (1996) "as crianças de famílias pobres são socializadas tanto para o trabalho como para a escolarização". Estas atividades são complementares na busca de uma boa formação da dignidade das crianças. A partir dessa perspectiva, percebemos que o trabalho realizado pelas crianças adquire um caráter diferente da busca pela produção de riqueza material, mas guarda sua forma de dispositivo de socialização.

Entre os agricultores familiares estudados, encontramos uma preocupação freqüente com o estudo dos filhos a partir dos sete anos, no grupo escolar local ou na cidade mais próxima, mas que não os isenta da atividade agrícola. As crianças *Capuxu* conciliam o trabalho e os estudos. Nesta comunidade, o trabalho ainda tem um grande valor moral, é a riqueza simbólica passada a estas crianças. De acordo com Neves:

“há formas de trabalho infantil, fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção do herdeiro e, principalmente, do sucessor, no caso do trabalhador artesanal, profissional ou camponês. Sob a orientação e supervisão dos pais ou de gerações anteriores de trabalhadores, os adolescentes ou pré-adolescentes se incorporam ao processo de socialização profissional e de ritualização da mudança de posição, ingressando-se na idade adulta.” (Neves, 1999: 10-11)

Assim, o trabalho infantil pode representar um saber transmitido de geração a geração como valor moral, que orienta a maneira de ser dos indivíduos, num determinado grupo social.

O trabalho infantil *Capuxu*: exploração ou socialização?

Na sociedade contemporânea é comum encontrarmos denúncias desde os meios de comunicação até na própria academia, de um trabalho infantil explorador e violento, típico da sociedade capitalista. Estes estudos afirmam, de forma generalizadora, que todo trabalho realizado durante a infância é violento e prejudicial nessa fase do ciclo de vida.

Assim, o tema tem se tornado cada vez mais comum nas academias, publicações e nos debates científicos. Os meios de comunicação de massa divulgam freqüentemente números assustadores em manchetes estampadas nas primeiras páginas dos jornais denunciando maus tratos, violência e exploração do trabalho infantil. Denuncia-se que a realização de um trabalho durante a infância conduz a usurpação desta fase e/ou ciclo de vida, massacrando este período da vida das crianças denominado “infância” e revelando uma “infância perdida”.

Em razão do que acontece nos plantios de cana e olarias, por exemplo, este tipo de interpretação do trabalho infantil emerge nestas obras como responsável pela “infância perdida” das crianças no campo em quaisquer circunstâncias.

Mas isso não é o que acontece quando o trabalho infantil é realizado por filhos de trabalhadores que não estão dissociados dos meios de produção; quando este tipo de trabalho não visa enriquecer os pais. Que outros valores estariam em jogo quando as crianças são levadas ao trabalho? Como pensar a disciplina e a socialização adquiridas na infância através do trabalho? Como refletir uma educação que não leve as crianças à ética, à disciplina e à responsabilidade do trabalho? Este trabalho infantil seria realmente um problema social?

Conforme Neves (1999), o trabalho infantil “tem sido considerado símbolo do irreconhecimento de determinadas atividades produtivas penosas, realizadas por crianças e adolescentes” (Neves, 1999:09).

De acordo com esta autora, o uso da mão-de-obra infantil deve ser pensada a partir do tipo de trabalho, das condições de sua realização, de seus valores e do contexto geral, não deve ser generalizado, com o intuito de negativizá-lo ou enquadrá-lo a um tipo que, de fato, usurpa a infância e explora as crianças, pois se corre o risco de defender uma visão deturpada da realidade.

A perspectiva negativista e generalizada do trabalho infantil pode ser pensada como resultante da ampliação da concepção marxiana de trabalho explorado, aos mais diversos âmbitos, às mais diversas formas de trabalho. Tento aqui, chamar a atenção para a particularidade do uso do trabalho infantil junto aos produtores familiares.

Diante da crescente exploração do trabalho infantil em todos os níveis e da marginalidade social pós anos 70, o trabalho infantil foi associado a crescente expansão da apropriação da mais-valia e ao uso descartável de seu portador. Logo, o trabalho das crianças é interpretado como "resultado da violência e exploração do modo de produção capitalista, que se fundamenta, historicamente, na dissociação entre trabalhadores e meios de produção" (Neves, 1999:10).

Com base nisso, haveria sentido a informação de que há exploração do trabalho infantil entre crianças camponesas? Há a relação patrão/empregado entre pais e filhos neste tipo de trabalho? Se não houve a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção, pontapé inicial para qualquer relação de exploração, como pensar este trabalho realizado pelas crianças como exploração? Como violento e perverso? Há, neste caso, a venda da força de trabalho infantil? Haverá a busca pela riqueza material? Se o trabalho destas crianças não visa enriquecer seus pais, porque razão essas crianças são levadas ao roçado e conseqüentemente ao trabalho?

Busquei entre as crianças *Capuxu* descobrir o motivo pelo qual elas iam ao roçado. Seu trabalho, ao contrário do que costuma dizer a literatura generalizada do trabalho infantil, não violentava ou explorava essas crianças. Embora realizado sob o escaldante sol do sertão nordestino, o trabalho das crianças *Capuxu* está sempre envolto de diversão, brincadeira e principalmente de simbologia.

Percebi com estas crianças que a ida ao roçado, e naturalmente ao trabalho, possui um significado que escapa inteiramente à ótica da exploração denunciada pelos autores marxistas. O trabalho infantil, no caso em questão, se resume a pequenos serviços prestados aos pais e irmãos como levar o café, a água potável ou mesmo um instrumento esquecido ao roçado.

Quando se dispõem a ajudar no dito "trabalho pesado", esses pequenos utilizam-se de instrumentos menores que o normal, geralmente improvisados e não trabalham mais que alguns minutos e logo voltam a brincar ou caminhar pelo roçado. Talvez a presença destas crianças no lugar do trabalho, que parte do desejo deles, possa ser pensada pelo cansaço dos mesmos brinquedos, espalhados pelo chão da sala ou largados numa caixa de papel. Caminhõezinhos sem rodas e bonecas sem cabeça, olhos ou um dos membros são os mais comuns.

No roçado, as crianças sentem-se úteis como um adulto ao realizar seu "trabalho". Aliás, é esse o sentido atribuído ao trabalho pelas crianças e essencialmente pelos seus pais: utilidade, responsabilidade e disciplina.

Ir ao roçado é socializar-se. O roçado se constitui como o espaço principal de convivência familiar, já que nele as crianças passam a maior parte do tempo. É, além de imitação do saber e do fazer adulto, aprender a cumprir horários, cuidar

dos instrumentos de trabalho, obedecer aos mais velhos, conhecer e observar a natureza. Se responsabilizar pelos grãos de milho ou feijão expostos ao sol sem deixar que as aves os tomem como alimento.

Executar qualquer trabalho entre eles, seja no roçado ou no terreiro, contando e tangendo as galinhas para o poleiro, é um modo de assumir responsabilidade. Embora estes pequenos não tenham consciência disso e se deixem envolver muito mais pela magia de se sentirem úteis junto aos adultos, é assim que o trabalho é compreendido pelos seus pais, até o momento de freqüentarem a escola, quando acrescentarão mais esta tarefa às do roçado.

No caso específico das crianças *Capuxu*, encontro evidências para refutar as teorias que afirmam que o trabalho infantil é sempre perverso e explorador, sinônimo de "infância perdida" para aqueles que o praticam. Estas teorias estigmatizam o trabalho infantil, desconsideram o contexto e a forma como este trabalho é desenvolvido pelos pequenos produtores, além do valor sócio-educacional atribuído a ele por cada cultura.

O trabalho infantil como dispositivo de socialização para estas crianças, perde sua excelência apenas para o lúdico (a brincadeira ou o brincar compartilhado), que o precede e se traveste do próprio trabalho. Um outro forte mecanismo de socialização – a escola – virá ainda se unir a esses dois – lúdico e trabalho – a partir dos sete anos de idade, mas este novo dispositivo não os exclui, complementa-os.

Não quero com isso dizer que as referidas denúncias sobre um trabalho infantil perverso e violento são falsas ou que não mereçam ser estudadas. Estas ocorrem tanto no campo, carvoarias, canaviais, olarias quanto na zona urbana, onde realmente há exploração do trabalho infantil, visando apenas o lucro, a baixo custo, sem nenhum intuito educativo e que deve ser combatido e denunciado.

Todavia, no caso das crianças *Capuxu* descubro, no mais legítimo exercício de relativização que já pratiquei, diferentes formas de se vivenciar o lúdico, o trabalho e a infância. Sendo esta última compreendida não apenas como o momento por excelência da vivência do lúdico (como a tem definido ao longo do tempo as Ciências Sociais), mas também como o momento da preparação para o trabalho.

No caso do trabalho infantil camponês, e especialmente, o trabalho das crianças *Capuxu*, a relativização foi, de fato, a melhor maneira de compreendê-lo enquanto fator de socialização e perceber a importância que ele tem para a comunidade de modo geral.

Pois está o trabalho revestido de brincadeira. As crianças *Capuxu* trabalham e brincam ao mesmo tempo de modo que o roçado, espaço de trabalho, transforma-se em espaço para brincar e os instrumentos de trabalho em brinquedos.

Logo, neste caso, o lúdico está travestido no trabalho e desses dois elementos, lúdico e trabalho, se reveste a infância.

Mas esse exercício relativizador ainda não terminou. Vivendo entre o povo *Capuxu*, e praticando a observação participante, eu vivencio a pesquisa como um empreendimento solitário e construo uma etnografia de como as crianças *Capuxu* vivenciam o lúdico no universo do trabalho. Neste percurso, descubro continuamente, o trabalho como possibilidade de vivência do lúdico e da socialização. Uma socialização instaurada através do trabalho e do lúdico que não tem hora nem lugar para acontecer.

Bibliografia.

- ANTUNIASI, M. H. R. **Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural.** Coleção Agricultura e Sociedade. RJ: Zahar Editores S.A., 1983.
- ARIÈS, P. **História social da Criança e da Família.** 2ª edição. RJ: Guanabara, 1986.
- ARANHA, L. **Educação e trabalho no contexto da Terceira Revolução Industrial.** SE: Editora UFS, 1999.
- BENJAMIN, W. "Brinquedo e Brincadeira: observações sobre uma obra monumental." In: **Magia e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas.** 3ª edição. SP: Editora Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, W. "Infância em Berlim por volta de 1900." In: **Rua de Mão Única. Obras Escolhidas.** Vol. 2. 2ª edição. SP: Editora Brasiliense, s/d.
- BENJAMIN, W. "História cultural do brinquedo". In: **Magia e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas.** 2ª edição. SP: Editora Brasiliense, 1986.
- BHABHA, H. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura.** Coleção Questões de Nossa Época. SP: Cortez, 1995.
- CANIELLO, M. **A criança e o brinquedo: uma interpretação antropológica da identidade cultural infantil.** Pré-Projeto de Pesquisa apresentado à Disciplina "Pesquisa Antropológica I" do Curso de Especialização em Antropologia da PUC/MG, 1986.
- DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social.** 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DEMARTINI, Z. de B. F. e LANG, A. B. da S. G. **Educação e Trabalho: um estudo sobre produtores e trabalhadores na Agricultura Paulista.** SP: CERU e FFLCH/USP, 1983.
- FREYRE, G. "O Pai e o Filho." In: **Sobrados e Mocambos.** 11ª edição. RJ: Record, 2000.
- GARCIA JR., A. R. **O Sul: caminho do roçado: estratégias reprodução camponesa e transformação social.** SP: Marco Zero, 1989.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** RJ: Editora Aplicada, 1989.
- GHIRALDELLI, Jr., P. "As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas". **Revista do Centro de Educação.** V.26, n.º 02, 2001.
- LEBOVICI, S. e DIATKINE, R. **Significado e função do brinquedo na criança.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

MARTINS, J. de S. (coord.) **O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2ª edição. SP:Hucitec,1993.

MARX, K. **O Capital**. RJ: Civilização Brasileira

MARX, K. "Terceiro Manuscrito". In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 2ª edição. SP: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. "Os efeitos desses progressos na situação da classe operária". In: **O Capital**. 5ª edição. Edição resumida por Juliã Borchardt. RJ: Zahar, 1978.

MENEZES, M. A. **Socialização de Meninos e Meninas em Famílias Camponesas – 1960 a 1990**. (Mimeo:2000).

NEVES, D. P. **A perversão do Trabalho Infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói: Intertexto, 1999.

PIMENTA, S. M. & CORRÊA, M. L. **Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações**. BH: UFMG, 2001.

PRIORE, M. (org.) **História da Criança no Brasil**. Coleção Caminhos da História. 4ª edição. SP: Contexto, 1996.

PRIORE, M. (org.) **História das Crianças no Brasil**. SP: Contexto, 1999.

SARTI, C. A. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. SP: Autores Associados, 1996.

SOUSA, E. L. "O futuro profissional da juventude rural: os jovens Capuxu e os filhos do Quandu". In: **Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural**. DUQUE, G. (org.) JP: Editora da UFPB,2002.

SIDERSKY, P. **Sobre a especificidade do pequeno produtor: uma introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa**. RJ: AS-PTA,1991.

WANDERLEY, M. N. B. "Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro". In: **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. TEDESCO, J. C. (org.), Passo Fundo:EDIUFP,1994.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. RJ: Imago, 1975.

Mestranda em Sociologia do PPGS/UFPB/UFCG.

O povo *Capuxu* habita o Sítio Santana, município de Santa Terezinha, sertão da Paraíba. É uma comunidade composta por aproximadamente 300 habitantes. Diz-se do desígnio *Capuxu*, que este lhes fora dado por conta de um de seus antecessores que se chamava João e tinha como hábito à caça de abelha, especialmente a do tipo *Capuxu*, de modo que fora apelidado de João Capuxu e este termo foi passado de geração a geração, alcançando as gerações atuais. A comunidade *Capuxu* vive basicamente da agricultura de subsistência. Constitui-se, pois, numa comunidade camponesa. Algumas outras ocupações, rurais ou não, aparecem esporadicamente para estes agricultores, sendo o cultivo do milho, feijão, legumes e frutas diversas,

o que garante a sobrevivência de toda a comunidade. A história do povo *Capuxu* permanece uma incógnita. Não se sabe exatamente quando chegaram ao local os primeiros habitantes que iniciaram ali a história da comunidade. Não se sabe mesmo de onde eles vieram. Todavia, a tentativa de um resgate histórico já teve início com um grande empenho por parte da comunidade em descobrir sua própria origem.

Entendemos aqui como terreiro, o espaço situado à frente da casa. Os fundos da casa é chamado por eles de "monturo".